

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FETICHISMO DO CAPITAL

Mauro C. B. de Moura*

As duas primeiras seções da obra magna de Marx, **O Capital**, (última versão, porém, inconclusa, do grandioso projeto de **crítica da economia política**¹) destinam-se, precipuamente, à apresentação e problematização do próprio objeto da obra, a saber: a forma **capital**, que assumem, na sociedade burguesa, os produtos do trabalho humano. A **riqueza** neste tipo de organização social manifesta-se através de uma figura processual, cuja expressão mais sintética pode ser expressa mediante a fórmula D-M-D', representando as etapas de uma metamorfose onde D (dinheiro) transforma-se em M (mercadoria) que, por sua vez, retorna à forma original D, porém com um incremento: $D' = D + DD$, ou seja, D' é igual a dinheiro mais um acréscimo de dinheiro. Esta singela fórmula, que, no entanto, pode assumir feições muito mais complexas, pelo desdobramento de seus elementos, mesmo neste modo conciso de apresentação, supõe o desenvolvimento, lógico e histórico, de duas **figuras** que lhe são constitutivas: a **mercadoria** e o **dinheiro**.

O giro argumentativo com que Marx dá início à obra denota claramente suas intenções. A pretensão de examinar a riqueza especificamente burguesa, ou seja, o capital, objeto da obra, leva-o na direção de sua manifestação mais simples: a forma mercadoria. Daí que sua assertiva inicial seja a de que: *“A riqueza [Reichtum] das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece [erscheint] como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a*

* Mauro Castelo Branco de Moura é professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da FFCH-UFBA.

¹ Para uma exposição um pouco mais detida sobre esta temática ver meu artigo *“Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política”*, in *Crítica Marxista*, nº 9, São Paulo, Xamã, 1999, pp. 52-78.

*mercadoria individual como sua forma elementar*². Com isso ele justifica ter iniciado a obra pela exposição da forma mercadoria, momento mais singelo ou “elementar” da riqueza no capitalismo, que, para ser compreendida, deve, no entanto, ser desdobrada em um movimento triádico, integrado pela mercadoria, pelo dinheiro e, finalmente, pela figura apoteótica que o culmina: o **capital**. Dito em outras palavras: é pelo desdobramento da forma mercadoria, vale dizer, pela substantivação de sua propriedade social peculiar, o valor, ou seja, pelo conjunto de seu movimento hipostático, como se dá a gênese, tanto da forma dinheiro, que lhe sucede, quanto da forma capital, figura processual que não pode prescindir de seus momentos constitutivos, a saber: a mercadoria e o dinheiro.

Sobre a Forma Mercadoria (dos Produtos do Trabalho Humano)

Enquanto objeto prático capaz de satisfazer às necessidades humanas, quer sejam do estômago ou da fantasia [*dem Magen oder der Phantasie*]³, ou seja, enquanto “valores de uso”, as mercadorias não apresentam maiores dificuldades. Todas as sociedades humanas necessitam satisfazer suas necessidades (reais ou imaginárias) e objetos práticos úteis (efetiva ou subjetivamente) permeiam a vida social de todas as culturas. A peculiaridade do objeto prático tomado mercadoria é que, a seus atributos materiais, qualitativamente diferenciados e, portanto, incomensuráveis (a medida de sua utilidade é sempre relativa e fundada no arbítrio da subjetividade), acopla-se uma propriedade social perfeitamente homogênea: o **valor**.

Fundamento da propriedade privada, pelo menos desde Locke, o trabalho humano oferece a chave conceitual para o desvendamento

² Marx, Karl, **O Capital**, Nova Cultural, São Paulo, 1985, Livro I, Vol. 1, p. 45 [Das Kapital, MEW, 23, Berlim, Dietz, Livro I, p.49].

³ Cf. Marx, Karl, **Das Kapital**, loc. cit.

da forma mercadoria⁴. Enquanto **trabalho concreto** configura os atributos qualitativos da utilidade, ou valor de uso. Porém, como **trabalho** genérico, ou **abstrato**, é a própria substância do valor, a fonte da qualidade comum e, portanto, comensurável, que se objetiva como exterioridade na mercadoria e que a torna um objeto prático com vida social. O valor é, pois, a *differentia specifica* da mercadoria, cuja essência está no trabalho abstrato ou trabalho humano indiferenciado, independentemente de suas qualidades peculiares. Só em determinadas condições históricas os produtos dos trabalhos humanos concretos assumem este atributo social, instituindo, na forma mercadoria, uma figura esquizóide, que emana da tensão permanente entre seus atributos constitutivos, a saber: o **valor de uso**, resultante de uma corporeidade qualitativamente diferenciada, e o **valor**, fruto de uma nota social comum que só se diferencia quantitativamente.

Na medida em que o **mercado** está constituído por uma miríade de atos singulares de troca, não se pode estudá-lo sem desmembrar os momentos necessários em que se desdobram estas ações. Cada troca, ou seja, cada ato singular da vida social dos objetos práticos tornados mercadorias, supõe que se perfilam, em um confronto, pelo menos dois atores mercantis, assumindo papéis diferenciados conforme sua posição no momento do intercâmbio ou do ângulo em que o processo é examinado. Na topologia da troca, em sua forma pura, válida para qualquer modalidade possível, a **forma relativa** é a daquela mercadoria que expressa ou reflete seu próprio valor em outra e a **forma de equivalente** detém a mercadoria que espelha ou reflete o valor da que se está expressando. Historicamente, no processo prático de intercâmbio, algumas mercadorias foram assumindo preferencialmente

⁴ Segundo John Locke “Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado o próprio trabalho, juntando-se algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado, comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens” (Locke, John, “Segundo Tratado sobre o Governo”, in Locke, Col. “Os Pensadores”, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 51). As concepções liberais de Locke acerca do trabalho têm antecedentes que mergulham não apenas na cristandade medieval, mas que remontam ao mundo helênico, o que evidentemente não pode ser tratado aqui. Para um desenvolvimento um pouco mais amplo desta temática vide Moura, Mauro C. B. de, “A Criatura Criadora: Notas sobre o Tomismo e a Revolução Tecno-Científica”, in Moura *et alii*, **Filosofia Política e Teoria Social**, no prelo.

a função de espelho ou equivalente, configurando paulatinamente a hipóstase de uma nova figura: **a forma dinheiro**.

A consolidação histórica de uma mercadoria como equivalente representa, em verdade, a substantivação de sua propriedade social, em detrimento de seus atributos qualitativos. A configuração de uma mercadoria como equivalente geral, vale dizer, de uma mercadoria que expressa a forma relativa de muitas outras, termina por ensejar, pela contumácia, aquilo que Marx designou como a **forma consumada do equivalente geral** ou dinheiro⁵. Há, pois, um transe que leva da mercadoria ao dinheiro e que é inerente à própria generalização da prática do intercâmbio, no longo processo de instauração e consolidação do mercado. A forma dinheiro pode ser descrita, também, como um desdobramento da forma mercadoria, em que sua tensão constitutiva entre os **atributos qualitativos**, que servem de suporte para a utilidade, e os **quantitativos**, que emanam de sua vida social, enquanto objetos práticos produzidos para a troca, resultam numa profunda reviravolta. A pluralidade de qualidades que diferencia cada mercadoria como um objeto prático singular esfuma-se, permanecendo apenas a nota comum indiferenciada, a **propriedade social** que serve de fundamento à própria comensurabilidade: o fato de que todas são produtos de trabalho humano e, portanto, têm valor (única qualidade que as torna homogêneas). A forma dinheiro, hipóstase da forma mercadoria, representa, portanto, sem peias, a substantivação da propriedade social dos produtos do trabalho humano.

Se, em sua gênese, a forma dinheiro expressava-se através de mercadorias e, inclusive, suas qualidades físicas (fundamentos da utilidade) não eram indiferentes à sua eleição como mercadoria dinheirária (por exemplo, a ductibilidade do ouro, etc.), com o aprofundamento do processo mercantil-capitalista este arcabouço material perde sua relevância. Em sua expressão monetária, o **dinheiro** vai paulatinamente rompendo com todos os seus compromissos tangíveis e, com eles, com as possibilidades da

reversibilidade, que, em suas manifestações mais arcaicas, permitiam que a mercadoria dinheirária fosse também consumida por seu valor de uso (como, por exemplo, as sementes de cacau, o gado, ou o próprio ouro, que sempre pôde ser convertido em jóias, etc.).

Ao ascender a formas crescentemente desmaterializadas (as eternas fraudes com o valor de face das moedas aplainaram o caminho deste processo)⁶ e puramente contábeis, o dinheiro afastase irreversivelmente de sua origem no mundo das mercadorias, permitindo que se trasladasse para o mundo virtual... Marx não pôde ver a consumação deste processo, mas já intuía claramente sua trajetória quando afirmava que: *“A tendência naturalmente espontânea do processo de circulação de converter a essência áurea da moeda em aparência áurea ou a moeda num símbolo de seu conteúdo metálico oficial é reconhecida mesmo pelas leis modernas sobre o grau de perda metálica que torna uma peça incapaz de circular ou a desmonetariza. Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos”*⁷. Assim, se acompanharmos o raciocínio de Marx, o fato de que essa substituição se desse por impulsos elétricos, como no nosso dinheiro virtual, seria mero detalhe técnico... Não se deve esquecer que isto foi dito no terceiro quartel do século XIX, em plena vigência do padrão metálico como lastro para a emissão de numerário!

A Tríade Fetichóide

⁶ As reclamações quanto ao baixo teor metálico das moedas já eram comuns na Antigüidade. A sociedade burguesa aprofunda este processo, até que o papel, supostamente lastreado, substituiu o metal precioso. Porém sua apoteose reside na configuração do dinheiro virtual, sem qualquer compromisso sensorial, gerando um dinheiro apenas contante e não mais sonante! Para a evolução das expressões da forma dinheiro na sociedade burguesa *vide* Vilar, Pierre, **Oro y Moneda em la Historia (1450-1920)** Barcelona, Ariel, 1974. Caberia acrescentar, ainda, que o abandono definitivo do padrão-ouro, determinado pela suspensão da convertibilidade do dólar norte-americano em ouro, ocorrida no início da década de setenta, apagou os vestígios da possibilidade de retorno da figura dinheirária à mercantil.

⁷ Marx, Karl, **O Capital**, op. cit., p. 108 [Das Kapital, op. cit., pp. 139-140]

A configuração da riqueza burguesa não afeta apenas a vida prosaica dos homens, pelo gerenciamento do processo de satisfação de suas necessidades, mas à subjetividade humana como um todo. Se a utilidade está também determinada pela fantasia (e é esta margem de liberdade e de eleição que a mídia propagandística procura ferrenhamente influenciar), o próprio processo de produção de objetos práticos, sob a forma de mercadorias, desencadeia a hipóstase do valor e, com ela, a obnubilação do verdadeiro caráter do processo de trabalho (e das relações sociais aí subsumidas) que se origina. Aqui, também, é a mercadoria prosaica ou profana [*Profane Waren*] que permite dilucidar os momentos constitutivos do conjunto do processo hipostático que se desdobra em mercadoria, dinheiro e capital. Neste sentido, Marx afirma o seguinte: “*Como a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da propriedade burguesa, razão porque aparece cedo, embora não da mesma maneira dominante e, portanto, característica como hoje em dia, seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar*”⁸

Ao conservar o arcabouço material do objeto prático destinado à satisfação de necessidades humanas, a forma mercadoria, enquanto valor de uso, preserva sempre uma faceta transparente, revelando imediatamente seu caráter inequívoco de produto do trabalho humano. Ou nas palavras do próprio Marx: “*Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas naturais de um modo que lhe é útil*”⁹ O problema aparece quando os produtos do trabalho assumem sua feição propriamente mercantil, ou seja, quando os objetos práticos, sob a forma de mercadorias, apoderam-se dos atributos humanos e os apresentam como se fossem seus, quando a relação social entre os homens apresenta-se como se fosse uma relação entre coisas autonomizadas frente a seus produtores

⁸ Ibid., p. 77 [p. 97].

⁹ Ibid., p. 70 [p. 85].

A constituição de um mundo de objetos práticos independente, pelo menos, em aparência, dos sujeitos produtores, configura uma esfera semi-autônoma (ou mercado), onde as mercadorias entabulam relações sociais à revelia de seus próprios produtores, travestidos agora em meros custódios, ou guardiães, encarregados apenas de levá-las ao mercado, já que “*As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar*”¹⁰ Destarte, nas palavras de Marx, “[...] *a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*”¹¹

A este fenômeno Marx denomina **fetichismo** mercantil e está, para ele, indissolúvelmente associado à produção de mercadorias, pois emana de seu caráter mediatamente social e, portanto, enigmático: o **valor**. Ao seu estudo Marx dedicou toda a quarta parte do primeiro capítulo de **O Capital**. Porém, em sua análise, teve-se precipuamente ao exame deste fenômeno em relação à forma mercadoria, provavelmente imbuído da crença de que aquilo que seria válido para o momento mais prosaico, com muito mais razão, seria aplicável às formas mais desenvolvidas. Daí que afirme peremptoriamente, mais adiante, na conclusão do capítulo subsequente (o segundo capítulo), que: “*O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante*”¹²

Infelizmente Marx não dedicou um estudo especial para o tratamento específico do **fetichismo do capital**, porém, *mutatis mutandis*, aquilo que ele asseverou acerca da relação entre o fetichismo da mercadoria e o fetichismo do dinheiro, com tanto mais razão, pode ser afirmado com respeito ao fetichismo do capital. Momento apoteótico do estranhamento dos produtos do trabalho humano o **capital**, enquanto figura processual, movimenta-se em conformidade a desígnios que lhe

¹⁰ Ibid., p. 79 [p. 99].

¹¹ Ibid., p. 71 [p. 86].

¹² Ibid., p. 85 [p. 105].

são constitutivos. A valorização do valor [*Verwertung des Wertes*] configura seu código genético, determinando sua trajetória e a do conjunto do processo de reprodução social efetuado através de sua mediação. Caberia assinalar, portanto, que, ao caráter enigmático sobreposto das figuras ou momentos que lhe são constitutivos, a **forma capital** desdobra traços peculiares da maior importância, dentre os quais está o desta busca inamovível do **DD**, que encerra, *per se*, um movimento intencionado, com características análogas às dos atos de volição.

Se as mercadorias profanas necessitam de guardiães que as levem ao mercado, o capital configura energúmenos, que são apoderados pela “lógica” do processo de valorização e que se comportam como ventríloquos, cujos discursos expressam apenas a conformidade aos desígnios do capital. Por esta razão, pôde Marx afirmar, sem rodeios, que: “*A circulação simples de mercadorias - a venda para compra - serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável. Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação - a valorização do valor - é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência*”¹³.

Estes agentes sociais obedecem às determinações que emanam de um sujeito automático [*ein automatisches Subjekt*], a forma capital, que deles se apodera, convertendo-os em energúmenos, ventríloquos ensandecidos que balbuciam monotonamente o nhenhém¹⁴ da reprodução indefinida do processo de valorização do valor, nem que

para isto seja necessário o holocausto dos homens de carne e osso. Se, como afirmou Marx, “*O entesourador sacrifica [...] ao fetiche do ouro os prazeres da carne*”¹⁵, os energúmenos do capital sacrificam a própria alma, emprestando o melhor de sua inteligência para o cumprimento deste desiderato da valorização indefinida.

Concluindo, parece-me, ademais, relevante indicar, ainda que sumariamente, uma faceta particularmente insidiosa do fetichismo do capital, sobre a qual não me poderei deter suficientemente aqui, mas parece pertinente aproveitar o ensejo para denunciar, de modo análogo ao dos *ídola* de Francis Bacon¹⁶, para que se precavejam os incautos: trata-se da auto-atribuição, pelo capital, dos resultados da ciência, permitindo-lhe proclamar-se, pela voz ventríloqua de seus energúmenos, em arauto da “modernidade”. A constatação de que o capital promove uma incessante revolução das forças produtivas, em virtude da permanente alteração de sua composição orgânica, com um peso crescente do “trabalho morto” em relação ao “vivo”, explica seu profundo interesse pelos resultados da ciência, porém, não a converte num atributo do capital. Inclusive porque ele também tolhe os movimentos da ciência, submetendo-a a seu ritmo e interesses, para não falar da dilapidação dos recursos naturais e da destruição periódica das forças produtivas que auspícia, através de sucessivas crises cíclicas. Não se pode sorratamente escamotear a fonte permanente de disseminação de barbárie que se esconde sob o manto do culto da riqueza abstrata. Destarte, confundir capital e modernidade não passa de nhenhém de energúmeno...

¹³ Ibid., p. 129 [pp. 166-167].

¹⁴ Segundo Aurélio Buarque de Holanda, a etimologia do vocábulo é a seguinte: do tupi *nhe ñeñ*, ou seja, falar, falar, falar, significando falatório interminável (cf. Ferreira, Aurélio, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio, Nova Fronteira, 1975).

¹⁵ Ibid., p. 113 [p. 147].

¹⁶ Cf. Bacon, Francis, *Novum Organum*, in Bacon, Col. “Os Pensadores”, São Paulo, Abril Cultural, 1973, Aforismos XXXVIII-XLIV, pp. 26-29.